

Ata da 7ª Reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural

(COMPHC)

As nove horas do dia 16 de dezembro de dois mil e oito, na sede de Secretaria de Cultura de Fortaleza- SECULTFOR- na Rua Pereira Filgueiras, nº04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural- COMPHC, da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: Ivone Cordeiro Barbosa, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) e Secretária do COMPHC, de acordo com a Lei nº 9.347/2008 que em virtude da ausência da presidente Maria de Fátima Mesquita assumiu a presidência do Conselho. Estiveram presentes os Conselheiros Paulo César de Souza Moraes, representante da Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (SEMAM); Everton Luis Gurgel Soares, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Josenira Maria Pedrosa, representante da Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR); Cláudio Roberto de Abreu Pereira, representante da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção do Ceará (OAB-CE); Francisco Otávio de Menezes, representante da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), Olga Gomes de Paiva (IPHAN) e Cândido Bezerra da Costa Neto, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IC); Romeu Duarte Júnior, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC). Estiveram ausentes os Conselheiros Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Christian Dennys Monteiro de Oliveira, representante da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB); Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Regina Assêncio Cely Diniz representante da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF); Osterne Feitosa Ferro, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) e Antônio Gilberto Ramos Nogueira, representante da Associação Nacional de História-Núcleo do Ceará (ANPUH-CE). Ivone Cordeiro iniciou a reunião pedindo desculpas pela ausência da Secretária de Cultura e Presidente do Conselho Fátima Mesquita, que precisou participar de uma reunião no gabinete da prefeita, solicitando assim que a secretária do COMPHC coordenasse as atividades de hoje. Diz tratar-se de uma extensa reunião de balanço e que pretende comunicar o seu afastamento da Coordenação de Patrimônio Histórico, sendo necessário prestar contas, portanto, de suas atividades durante o período em que esteve à frente deste órgão. De antemão, agradece a disponibilidade dos conselheiros, pois, para ela, o período em que trabalhou sem o Conselho se sentiu muito "desamparada" do ponto de vista formal, pois, informalmente, sempre que pediu apoio às instituições recebeu ajuda. Mas, para ela, a instalação do Conselho foi uma das maiores conquistas, pois o período sem o COMPHC foi tenso, já que se sentia sem a base de apoio que o mesmo proporciona a CPHC. Ivone Cordeiro prossegue apresentando a pauta da reunião onde no ponto de pauta número um constam os dois processos distribuídos que devem ser apresentados hoje: Igreja de São Pedro dos Pescadores e o Calçamento da Rua José Avelino. Além disso, no segundo ponto de pauta, outros processos estão prontos para a distribuição entre os conselheiros: Casa de Rachel de Queiroz, Náutico Atlético Cearense, Ideal Clube, IMPARH e Santa Casa de Misericórdia. Apresenta também o convidado à reunião, senhor Moisés Rodrigues Pereira, representante da comunidade de Jacarecanga que solicitou o tombamento do Bangalô de Aristides Capibaribe. Este é o ponto de pauta número três, onde, do ponto de vista técnico, foi feita uma visita a este imóvel e preparados os encaminhamentos necessários afim de atender as reivindicações desta e de outras comunidades que apresentaram solicitações semelhantes, como a Paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro-Matriz do Mondubim e a Capela do Sagrado Coração de Jesus, no Asilo de Parangaba. Por fim, como último ponto de pauta, apresenta o balanço de sua gestão à frente da CPHC, que poderia se deixar para o final, já que é preciso resolver primeiro as questões operacionais. A conselheira Olga Paiva pergunta se a Casa do Poeta Juvenal Galeno é tombada pelo

município de Fortaleza ou pelo Estado. Ao que a Conselheira Ivone Cordeiro responde que todo tombamento federal e estadual incorporado ao município. O Conselheiro Otávio dá a informação de que a casa está em reforma, já há, mais ou menos, dois anos, e que esteve um tempo parada. Ele afirma que, depois que o Galeno, que era o proprietário da casa, faleceu ninguém tinha acesso e, agora, é o sobrinho dele que responde, então, depois dessa reforma, que deve ser feita sem muita modificação, o Conselheiro diz que sugeriu que fosse feito o tombamento pelo Estado, já que o mesmo tem interesse e o tombamento municipal, conseqüentemente, seria automático. Ivone Cordeiro solicita ao mesmo Conselheiro que todo o tombamento estadual efetivado seja comunicado ao governo municipal para que se efetive esse procedimento administrativo. A conselheira Olga Paiva pergunta sobre o "Bar do Avião". Ivone Cordeiro responde que é um imóvel complicado. Prossegue afirmando que quando o tombamento envolve idosos com problemas de saúde fica muito temerosa de pressionar e assim desencadear um possível mal-estar. Ivone Cordeiro diz já ter falado com a Regional IV sobre a idéia de se comprar o imóvel para incorporá-lo como área de lazer da Escola Cláudio Martins à Avenida João Pessoa, onde as crianças têm uma área diminuta como área de lazer. A destinação seria de lazer e de cultura para as crianças da escola, mas isso não caminhou. Continua dizendo que o responsável por essa regional é uma pessoa da área de história e que, portanto, entende do assunto e ficou sensibilizado, manifestando o desejo de se fazer um restauro, sem muita interferência. O Conselheiro Romeu Duarte diz que a Casa de Juvenal Galeno está em reforma desde que o Secretário de Cultura era Nilton Almeida e que há uma complicação jurídica a se resolver, a impossibilidade de se fazer a reforma sem ter recursos não ser que se levante esse tipo de doação. Pois se há interesse deve ser feito logo para justificar dispêndio. O Conselheiro Otávio de Menezes afirma estar só esperando terminar esse processo de reforma para implementar esse procedimento. A Conselheira Clélia Paiva indaga se o imóvel seria tombado pelo estado ou município. A Conselheira Josenira Cavalcante argumenta se já poderia se iniciar o processo. A Conselheira Ivone Cordeiro diz achar que se poderia até fazer concomitante. O Conselheiro Otávio de Menezes diz que só quando terminar a reforma é que vai se ter uma planta atual da casa e que, independentemente, pode ser tombado pelo estado e pelo município. A Conselheira Ivone Cordeiro pede para seguir a pauta, iniciando a apresentação do relatório da Conselheira Olga Paiva sobre a Igreja de São Pedro dos Pescadores. A Conselheira inicia o seu relatório relatando que o Conselheiro Euler Muniz ficou responsável pela parte referente a arquitetura do imóvel, a parte material, é, ela mesma, com a parte do patrimônio imaterial. Ficando acertado que um trabalho se encaixaria no outro, não existindo separação entre essas duas dimensões, de forma que o tombamento do imóvel não vai atrapalhar a manifestação cultural do efêmero que ali acontece. No caso, entre outras, a Festa de São Pedro dos Pescadores, que teria começado por volta de 1932. Para ela, é imprescindível a delimitação do entorno, do espaço de uso da festa. A Conselheira Olga Paiva prossegue dizendo que o Conselheiro Euler Muniz está propondo alguma coisa como uma marcação de piso, de forma, que o visitante perceba que ali há uma área diferenciada. Deve-se também incluir o estaleiro naval que fica na área de sociabilidade, próximo ao cajueiro que ali existe, onde durante a festa as pessoas ficam ali bebendo e conversando. Por isso, é necessário o calçadão com marcação de piso pois é onde os folguedos do bairro acontecem, junto com o espaço que integra a igreja. A Conselheira Josenira Cavalcante pergunta qual é a área específica. A Conselheira Olga Paiva responde que é na área da praia, perto das jangadas, o calçadão da Beira-mar e, também, o espaço ao seu lado. A Conselheira Josenira Cavalcante informa que a Secretaria de Turismo do Município recebeu da Advocacia Geral da União um prazo de 180 dias para a prefeitura discutir um Termo de Referência para a Avenida Beira-mar, já que será realizado um Concurso Nacional de Idéias. A Conselheira Clélia Paiva pergunta se isso aconteceria mesmo não sendo aprovado aqui, pelo Conselho. A Conselheira Josenira Cavalcante diz não saber responder a esta pergunta e que há uma certa urgência pois eles estariam fechando o edital. A Conselheira Olga Paiva pergunta de quem é a ação. A Conselheira Fernanda de Menezes responde que é uma ação proposta pelo Ministério Público Federal. A Conselheira Ivone Cordeiro pergunta aos demais conselheiros o que seria a resposta do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural. O Conselheiro Romeu Duarte cita a Feira de Marrocos para falar da Feira da Avenida Beira-mar. Segundo ele, é

preciso deixar o espaço livre, não sendo correto, portanto, o tombamento e sim, o registro da Feirinha. A Conselheira Ivone Cordeiro diz que se faz somente o registro, não há segurança, seria preciso dar materialidade. A Conselheira Olga Paiva afirma que a manifestação do imaterial é associada ao bem tombado. A Conselheira Josenira Cavalcante diz que poderia levar hoje um documento oriundo do Conselho se pronunciando oficialmente sobre essa ação do Ministério Público. A Conselheira Ivone Cordeiro diz que é necessário se marcar uma reunião extraordinária, possivelmente, na sexta-feira, uma reunião rápida, mas seria preciso que o Conselho se comprometesse. O Conselheiro Romeu Duarte diz que a Feirinha precisa de outro espaço. A Conselheira Ivone Cordeiro diz que isso precisa ser estudado. A Conselheira Josenira Cavalcante afirma que já está previsto. A Conselheira Ivone Cordeiro indaga se está confirmada uma reunião extraordinária, na sexta-feira, às onze horas, ao que os presentes respondem afirmativamente. O Conselheiro Costa Neto faz um breve relato de seu trabalho sobre a Rua José Avelino. A Conselheira Ivone Cordeiro diz que a Feira de Confecções, que acontece na Praça da Sé, não vai mais se estabelecer lá, a dúvida é que tipo de destinação se dará a essa rua. Para ela, o Conselho deveria propor só circulação. O Conselheiro Costa Neto diz que é preciso saber qual a intenção da interferência de órgãos do estado que, muitas vezes, não respeitam, e que é preciso fazer um relatório propositivo. O Conselheiro Romeu Duarte diz achar que a prefeitura deve se acertar e levar a Feira da Praça da Sé para outro lugar. A Conselheira Josenira Cavalcante afirma que o Secretário disse que a Feira vai sair do Centro. A Conselheira Ivone Cordeiro diz que a característica da Feira da Sé é que o feirante vem de ônibus, compra e vai embora. O Conselheiro Romeu Duarte diz que não se pode ignorar a Feira, que o mercado não é ruim no centro, só é preciso organizar. A Conselheira Josenira Cavalcante diz que o problema é que os feirantes sempre "furam" o horário e que a mesma vai para outras ruas, expandindo-se, não sendo mais pequena como quando começou. A Conselheira Olga Paiva diz que vêem pessoas, ônibus de vários estados: Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, etc. A Conselheira Josenira Cavalcante indaga qual o retorno para o município. Para ela, o comércio ambulante que se estabeleceu na Praça José de Alencar e o Beco da Poeira é uma coisa só, quando um coloca uma banquinha no momento seguinte chegam outros. Prossegue dizendo que quando trabalhou aqui na FUNCET esse tema foi muito discutido, pois segundo ela, daqui a pouco, a Feira da Praça da Sé junta com a Feira da Praça José de Alencar. A Conselheira Olga Paiva diz ter participado de duas reuniões do Ministério Público Federal devido ao problema da ocupação da Praça José de Alencar pelo comércio ambulante. Segundo ela, foi preciso chamar a polícia, e os órgãos competentes da prefeitura pois a entrada do IPHAN estava sendo usada como estacionamento de motos, inclusive, com serviço de lavagem das mesmas. A Conselheira Josenira Cavalcante diz ter ido ao centro no sábado e que teria se assustado pois estaria ali uma feira só. A Conselheira Olga Paiva diz que existem limites para o uso do espaço urbano, e quando chove a praça vira uma pocilga, a pedra portuguesa que há ali está caindo. O Conselheiro Romeu Duarte diz que toda cidade do Brasil já passou por isso e propõe que seja criada a associação e só quem estiver cadastrado nela poderia expor seus produtos, também poderia ser um concurso de idéias. Pois, segundo ele, acontece uma movimentação econômica importantíssima onde gira muito dinheiro, como exemplo ele cita a cidade de São Paulo onde há a limpeza. A Conselheira Olga Paiva indaga a opinião da Conselheira Josenira Cavalcante porque aconteceria. A mesma responde afirmando que vai falar da Feira da Beira-mar, diz que a feirinha era uma feira de artesanato depois degenerou e hoje se vende de tudo, inclusive, tênis, roupa indiana, coisas oriundas de contrabando, mesmo. A Conselheira Ivone Cordeiro diz preocupada pois são necessárias intervenções, indicações de natureza técnica. A Conselheira Josenira Cavalcante afirma que o Conselho deve enviar algum documento para a Advocacia Geral do Município, para o Ministério Público e para a Coordenação de Projetos Especiais da Prefeitura. A Conselheira Olga Paiva diz que é preciso se enviar ofício comunicando que o processo referente a Igreja de São Pedro dos Pescadores está em fase conclusiva e deve ser inscrita no Livro de Tombo Imaterial na categoria Lugar, além do Livro de Tombo pelo tombamento da Igreja. O Conselheiro Romeu Duarte diz que o mesmo estando em fase de tombamento provisório, já existe a plena proteção legal, sendo necessário, comunicar também ao padre e ao vigário geral. Ela pergunta ao Conselheiro

Romeu Duarte se é possível que ele dê apoio técnico. A Conselheira Ivone Cordeiro indaga sobre a distribuição dos processos entre os conselheiros. O Conselheiro Romeu Duarte fica com os dois clubes Ideal Clube e Náutico Atlético Cearense. A Conselheira Josenira Cavalcante com o IMPARH. A Conselheira Clélia Lustosa fica com a Santa Casa de Misericórdia. O Conselheiro Romeu Duarte diz que o prédio da Santa Casa foi dividido em dois setores. A Conselheira Josenira Cavalcante pergunta sobre a capela da Santa Casa. A Conselheira Clélia Lustosa responde que foi bastante mexida. A Conselheira Ivone Cordeiro aconselha que vejam o que a Instrução propõe e, então, avaliem. Partindo para o ponto três aponta os processos que foram abertos por solicitação de pessoas das comunidades mas que ainda não têm a Instrução de Tombamento, como a Associação de Amigos do Bairro de Jacarecanga, por exemplo. A Conselheira diz pretender provocar a discussão sobre Jacarecanga e que o imóvel, em si, o Bangalô de Aristides Capibaribe preenche os requisitos para o tombamento. A Conselheira Clélia Lustosa pergunta se a família é a favor. A Conselheira Ivone Cordeiro responde que é de herdeiros, mas que toda aquela área da Filomeno Gomes possui bangalôs isolados que merecem atenção, além da Vila São José, da Indústria da família Filomeno Gomes. O Senhor Moisés Rodrigues Pereira, representante da Comunidade de Jacarecanga, discorre sobre um edificio da Construtora Jatahy, um condomínio que, segundo ele, será uma aberração em termos de arquitetura, por isso, a Associação estaria fazendo um trabalho de "formiguinha" tentando abortar o empreendimento, já que o impacto socio-ambiental seria insuportável. Ele informa ainda que acontecerá uma audiência pública amanhã, na Assembleia Legislativa. Levanta a possibilidade de um tombamento geral do bairro que sofre muitos riscos por conta da especulação imobiliária. Seria preciso fazer um levantamento da condição do bairro, incluindo a Vila Operária, a Escola de Artes e Ofícios, o riacho Jacarecanga, o cemitério indígena, a rua Oscar Pereira onde morou Barão de Studart. Termina afirmando que o lugar tem problemas de saneamento urbano, é um bairro esquecido. O Conselheiro Romeu Duarte diz que o urbanismo pode se transformar nessa nova gestão, ao invés de partir do Plano Diretor que, segundo ele, é nada, poderia partir do concreto, a Vila São José da Fábrica Filomeno Gomes, o Liceu e sua praça, e das próprias casas do bairro. Segundo ele, a cidade está começando a ir para lá e as pessoas podem criticar, dizer que o edificio mencionado é feio, mas é legal. O Senhor Moisés Rodrigues Pereira, representante da comunidade de Jacarecanga afirma que a construtora faz propaganda enganosa. O Conselheiro Romeu Duarte diz que ele tem muitos terrenos, que ninguém vai fazer um prédio desses sem ter lastro, tem que mudar o Plano Diretor, que para ele, é um urbanismo caduco, o que se precisa saber é se outros órgãos da prefeitura vão encampar a idéia. A Conselheira Olga Paiva fala da dificuldade de encontrar uma forma de trabalho. A Conselheira Josenira Cavalcante diz que a Secretaria de Turismo de Fortaleza organizou quatro roteiros diferentes dos usualmente feitos durante a alta estação, nos bairros: Parangaba, Messejana, Jacarecanga, Maraponga e Mondubim. O Conselheiro Romeu pergunta a mesma se essa atitude da SETFOR não se transformaria num "tiro no pé", por conta das precárias condições destes bairros populares. A Conselheira Olga Paiva cita o projeto "Percurso Urbanos" do Banco do Nordeste-BNB, que faz um trabalho semelhante. Ela comenta um deles, que fez, que vai do bairro de Antonio Bezerra a Parangaba. Na Parangaba durante as Festas de Ano Novo acontece a Festa da Coroa do Bom Jesus dos Caboclos, onde os mesmos saem em viagem visitando os povoados, vão até São Gonçalo do Amarante retornando em janeiro. O ponto principal é a Parangaba que surge com o aldeamento feito pelos padres Pinto e Luís Figueira. Ela conta que a Fundação Amanaiá tem um pequeno acervo. O passeio vai também até a Casa de Câmara e Cadeia, ao Asilo, a Igreja, ao Bar Avião, é, portanto, uma outra visão da história. A Conselheira Josenira Cavalcante diz discordar do Conselheiro Romeu Duarte quando este indaga se estes roteiros aos bairros populares seriam um "tiro no pé", ela acredita que este tipo de turismo é um atrativo potencial, enquanto não real, mas pelo menos, segundo ela, tiveram a coragem de fazer. A Conselheira Olga Paiva diz que há um desejo de conhecimento de pessoas de todas as idades por esse tipo de roteiro. A Conselheira Josenira Cavalcante diz que o objetivo da SETFOR é tirar essa visão economicista do turismo, inclusive com inclusão social. Ela afirma terem conseguido isso, em Messejana, por exemplo, onde utilizaram o romancista de José de Alencar. A Conselheira Olga Paiva cita o livro "Como e porque me tornei romancista" do mesmo, onde ele

JM

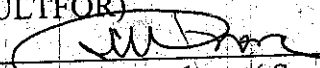
b

J

Ch

visita etnias e colhe o que depois vem ser o livro "Iracema". A Conselheira Josenira Cavalcante diz que esse é o enfoque. A Conselheira Olga Paiva se dirige ao senhor Moisés lhe cumprimentando por ser um exemplo de cidadania, atento ao valor patrimonial que abre a discussão, para ela, isso é o que deve marcar as políticas públicas: o sentimento de pertencimento. A Conselheira Josenira Cavalcante diz que se deve mostrar outras coisas aos turistas, misturar o antigo e o moderno. A Conselheira Clélia fala do projeto "Trilhas Urbanas" feito em Parangaba e Messejana por alunos do mestrado em Geografia da Universidade Federal-UFC e um caderno do Jornal O Povo chamado "Fortaleza e os bairros". Segundo ela, o projeto é da Pró-reitoria de Extensão, mas poderia ser feito em conjunto com a prefeitura e os alunos da Universidade com o objetivo de fomentar o sentimento de pertencimento. A Conselheira Olga Paiva diz que uma das cartas patrimoniais, a "Carta de Quebec", fala do "Espírito dos Lugares". A Conselheira Josenira Cavalcante diz que é preciso acabar com essa visão puramente economicista do turismo. A Conselheira Ivone Cordeiro propõe que se deixe o balanço para a próxima reunião pelo adiamento da hora. Concluídos os trabalhos a reunião foi considerada encerrada e eu, Ivone Cordeiro, secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada.

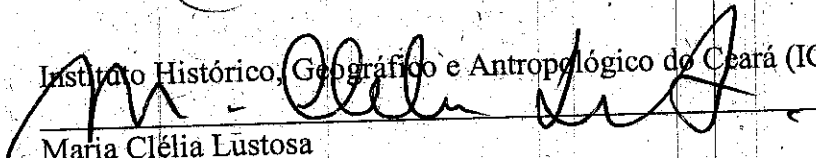
Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (CPHC-SECULTFOR)


Ivone Cordeiro Barbosa (Secretária do COMPHC)

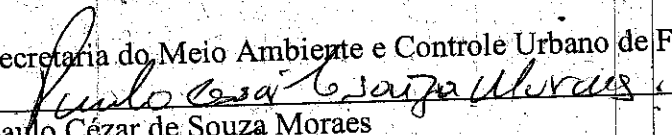
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)


Olga Gomes de Paiva

Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará (IC)


Maria Clélia Lustosa

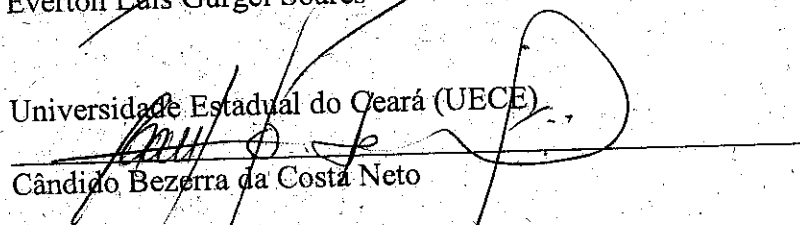
Secretaria do Meio Ambiente e Controle Urbano de Fortaleza (SEMAM)


Paulo César de Souza Moraes

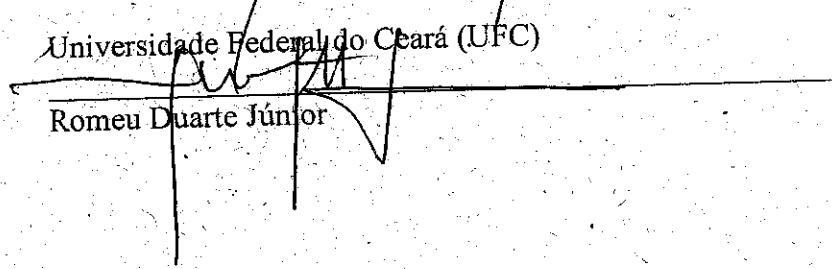
Procuradoria Geral do Município (PGM)


Everton Luis Gurgel Soares

Universidade Estadual do Ceará (UECE)


Cândido Bezerra da Costa Neto

Universidade Federal do Ceará (UFC)


Romeu Duarte Júnior

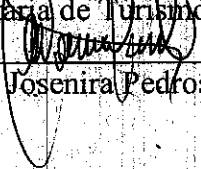
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Ceará (OAB-CE);

Cláudio Roberto de Abreu Pereira

Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT)


Francisco Otávio de Menezes

Secretaria de Turismo de Fortaleza (SETFOR)


Maria Josenira Pedrosa Cavalcante